



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

71  
10/10

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0327550-5

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : MIGUEL VIRGÍLIO GONDIM MOTTA

RELATOR : Desembargador RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL - AGRAVO LEGAL - ART. 557, CAPUT, DO CPC - DIREITO À SAÚDE - TRATAMENTO MÉDICO - PACIENTE COM HIV/AIDS - ART. 196, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PELO PODER PÚBLICO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM LISTA OFICIAL - IRRELEVÂNCIA - REGULAR EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICCIONAL PAUTADO PELO RESPEITO À CONSTITUIÇÃO - FIXAÇÃO DE ASTREINTES EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA - POSSIBILIDADE - DECISÃO FULCRADA EM SÚMULA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E NA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

I - Conforme se deduz do teor Súmula 18, deste e. Tribunal de Justiça: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.". No mesmo sentido: STF - Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio; STF - RE-AgrR 271286 RS Relator(a): Celso de Mello, Julgamento: 11/09/2000, Órgão Julgador: Segunda Turma; STJ - AgRg no Ag 1044354 / RS, Rel. Min. Luiz Fux, T1, DJ 14/10/2008

II Na esteira da jurisprudência remansosa do c. Superior Tribunal de Justiça é lícita a imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial. Precedentes: RESP 490228/RS; RESP 490228/RS; STJ: RESP 490228/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 31.05.2004; AGRGRESP 440686/RS, Felix Fischer, DJ de 16.12.2002; AGRESP 554776/SP, Relator Ministro Paulo Medina, DJ de 06.10.2003; AgRgREsp 189.108/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ 02.04.2001 e AgRgAg 334.301/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ 05.02.2001.



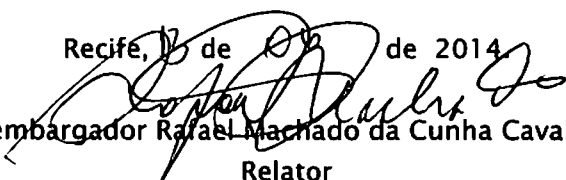
72  
rp.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

III – Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo Legal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0327550-5, em que figuram como Agravante e Agravado ESTADO DE PERNAMBUCO e MIGUEL VIRGÍLIO GONDIM MOTTA, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 17 de 06 de 2014  
  
Desembargador Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

73  
f.p.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0327550-5

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO : MIGUEL VIRGÍLIO GONDIM MOTTA

RELATOR : Desembargador RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

1. Trata-se de agravo legal previsto no art. 557, §1º, do CPC, ajuizado contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento de nº 0327550-5, interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão proferida pela MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Pública da Comarca de Olinda, nos autos da ação de rito comum ordinário (Processo de nº 0001207-38.2014.8.17.0990), deferindo a liminar postulada, para determinar que Estado de Pernambuco realize fornecimento do medicamento a parte Autora/Agravada.

2. Em sua exordial, o Autor/Agravado noticia que necessita do medicamento prescrito ( Fluvoxamina - LUVOX, 100mg - 02 comprimidos ao dia; Quetiapina, 100mg - 01 comprimido ao dia; Risperidona, 2mg - 01 comprimido ao dia; e Rivotril - CLONASEPAN, 2mg - 02 comprimidos ao dia), necessário ao controle no tratamento de sua enfermidade (HIV/AIDS, com evolução há vários anos de transtornos comportamentais com CID de F33.3 e F4.1; com evolução de transtorno ansioso importante, angústia, medo, ideação suicida). Entrementes, afirma não ter condições financeiras para suportar os custos de tal tratamento.

3. Irresignado com a decisão interlocutória que antecipou os efeitos da tutela de mérito, o Estado de Pernambuco interpôs Recurso de Agravo de Instrumento, que teve seu seguimento negado por decisão monocrática, proferida com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, por entender que a decisão hostilizada está em consonância com a jurisprudência dominante deste e. Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça.

Em consequência, o Estado de Pernambuco ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça.

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

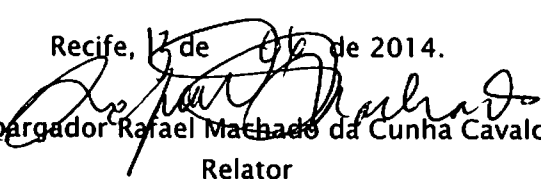
74  
/

Aduz o agravante, em síntese crítica, que: I) a obrigação imposta seja desvinculada da marca específica; II) deve ser reformar a decisão ora agravada.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada. Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 13 de 06 de 2014.

  
Desembargador Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

75  
/ 62

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0327550-5

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR : MIGUEL VIRGÍLIO GONDIM MOTTA

RELATOR : Desembargador RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos.
2. Transcrevo o teor do *decisum* vergastado, com vistas a permitir uma exata compreensão da matéria debatida no presente recurso.

"DECISÃO TERMINATIVA

Vistos e examinados etc.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra Decisão Interlocutória da lavra da MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Pública da comarca de Olinda, que, nos autos da Ação de rito comum ordinário (Processo de nº 0001207-38.2014.8.17.0990), deferiu o pedido de antecipação de tutela, para determinar que o Estado de Pernambuco forneça, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, os medicamentos Fluvoxamina (LUVOX), 100mg- 02 comprimidos ao dia; Quetiapina, 100mg - 01 comprimido ao dia; Risperidona, 2mg - 01 comprimido ao dia; e Rivotril (CLONASEPAN), 2mg - 02 comprimidos ao dia, para controle da doença da parte Autora/Agravada, conforme prescrição médica (fl. 27), sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

2. Em sua exordial, o Autor/Agravado, é portador de HIV, com evolução há vários anos de transtornos comportamentais com CID de F33.3 e F4.1; evoluiu com transtorno de ansiedade importante, angústia, medo, ideação suicida, necessitando dos referidos medicamentos. Alega, ainda, que o uso do medicamento servirá para continuar vivendo dignamente. Entrementes, afirma não dispor de recursos financeiros suficientes para arcar com o fármaco.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

76  
/ 60

3. Irresignado com a Decisão Interlocutória que antecipou os efeitos da tutela de mérito, o Estado de Pernambuco interpôs o presente Recurso de Agravo de Instrumento.
4. Em suas razões recursais, o Agravante aduz, de início, que as *astreintes* fixadas pela decisão do juízo *a quo* são desproporcionais à obrigação imposta.
5. Acresce que, por falta de requisito necessário para antecipação dos efeitos da tutela de mérito, qual seja, verossimilhança das alegações autorais, esta não poderia ter sido concedida.
6. O medicamento postulado pela Autora/Agravada não faz parte do rol de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS. No entanto, são disponibilizados pelo SUS outros medicamentos para tratamento da enfermidade a que foi acometida o Autor/Agravado, destacando a possibilidade de um tratamento terapêutico alternativo, de sorte que não haveria razão para se falar em omissão estatal.
7. Bem assim, menciona que o Poder Judiciário não possui legitimidade para determinar o cumprimento de atos de caráter administrativo cuja natureza de política pública deve ser conformada pelos Poderes Executivo e Legislativo.
8. Segundo o Agravante, cabe aos Poderes Executivo e Legislativo ponderar as possibilidades concretas de atendimento à saúde de acordo com os recursos orçamentários efetivamente existentes.
9. Argumenta que a decisão do Poder Judiciário, de caráter constitutivo, não pode substituir o juízo administrativo para criar uma política pública, sobretudo quando estabelecida em prol de um único indivíduo, ensejando, desta forma, a reflexão sobre a quebra do princípio da isonomia.
10. Forte nas razões recursais supracitadas, pugna o Agravante pela atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, tendo em vista a existência de lesão grave de difícil reparação, além da irreversibilidade do provimento antecipatório da tutela de mérito concedido pelo juízo primevo e, em sendo mantido o entendimento manifestado na decisão recorrida, no sentido de compelir o ente estatal a fornecer o medicamento postulado pelo Autor/Agravado, requer o Agravante que seja excluída/diminuída a exigência de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por ser tal decisão desproporcional e desprovida de razoabilidade.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

AI. 0327550-5

5



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

77  
[assinatura]

11. O art. 557, *caput*, do digesto processual civil, estabelece:

"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior."

Cuido ser possível trazer a lume tal dispositivo, para, amparado na jurisprudência consolidada deste E. Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, proferir decisão monocrática nos termos que se seguem:

12. O provimento antecipatório da tutela jurisdicional em processo de conhecimento somente é autorizado diante da existência de prova inequívoca, que convença o juízo da verossimilhança das alegações do autor, e desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

13. No caso em espécie, cuido estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório da tutela de mérito, de sorte que me afigura escoreita a decisão agravada.

14. De proêmio, não merece prosperar a pretensão de redução/exclusão das astreintes fixadas para a hipótese de descumprimento da decisão recorrida. Explico:

15. O art. 273, §3º, do código de ritos, estabelece que: "a efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A".

De outra parte, o art. 461, Código de Processo Civil, prevê instrumentos que possibilitam ao aplicador do direito assegurar a tutela específica ou o resultado prático que deveria ter sido produzido com o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer imposta na decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial (art. 461, §5º, do CPC).

Deveras, o códex processual, entre outras medidas coercitivas, atribui ao juiz a faculdade de impor *astreinte* em desfavor do devedor - ainda que se trate da fazenda pública -, objetivando inibir o descumprimento das obrigações de fazer ou não fazer ou de entregar coisa, que deverá incidir a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância.

[assinatura]  
Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador



78  
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

16. No caso dos autos, a fixação de *astreintes* tem por escopo unicamente reprimir a resistência do Estado, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada.

A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial. Nesse sentido:

"Consoante entendimento consolidado neste Tribunal, em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juízo da execução, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública." (AGRGRESP 189.108/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 02.04.2001)<sup>1</sup>.

17. Bem assim, não merece amparo a alegação do Agravante de que o valor das *astreintes* seja desproporcional, porquanto se deve levar em consideração que a inércia do ente estatal em dar cumprimento ao comando judicial pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida da Autora/ Agravada.

18. No que concerne à alegação de que o Ente Estatal não pode ser compelido a fornecer o medicamento requerido pela Autora/Agravada, urge ressaltar que a Constituição da República assegurou a todos o direito público subjetivo à saúde, sendo dever do Estado garanti-la.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde está inserido no seletor rol dos direitos fundamentais sociais (v. art. 6, CF), compondo ainda o grupo de direitos que prevêm o mínimo existencial para o ser humano.

19. Dotado de natureza principiológica, o art. 196, da Constituição da República, estabelece fins a serem alcançados pelos Entes Políticos da Federação, devendo tais Entes perpetrarem políticas sociais e econômicas tendentes a garantir ao cidadão o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

Com efeito, a norma constitucional programática cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

---

<sup>1</sup> Nesse mesmo sentido são Precedentes jurisprudenciais do RESP 490228/RS"> RESP 490228/RS">STJ: RESP 490228/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 31.05.2004; AGRGRESP 440686/RS, Felix Fischer, DJ de 16.12.2002; AGRESP 554776/SP, Relator Ministro Paulo Medina, DJ de 06.10.2003; AgRgRESP 189.108/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ 02.04.2001 e AgRgAg 334.301/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ 05.02.2001."

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

AL 0327550-5





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

49  
RP.

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

20. O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, conseqüentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

21. É Irrelevante o fato de que o medicamento postulado pela Autora/Agravada não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como dito, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão.

22. A propósito, a matéria posta à apreciação não é nova no âmbito do Judiciário e já se encontra inclusive sumulada por este E. Tribunal de Justiça de Pernambuco. O Enunciado 18 da Súmula do E. Tribunal de Justiça de Pernambuco está assim assentado:

"Súmula 018. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."

23. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou, de forma reiterada, nesse mesmo sentido, conforme se infere dos seguintes arestos:

"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)

"PACIENTE COM HIV/AIDS - PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS - DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196)-

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

AL 0327550-5

5



80  
RP

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**PRECEDENTES (STF) – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA** – O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular – e implementar – políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. – O direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. **A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE.** – O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro – não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES.** – O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF.”

24. Outro não é o entendimento deste E. Tribunal de Justiça de Pernambuco, dispondo, ainda, que a existência de tratamento alternativo não impede o fornecimento pleiteado:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE DEGENERAÇÃO MACULAR OFTALMOLÓGICA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC. MULTA DIÁRIA. AUSÊNCIA DE ÔNUS EXCESSIVO. INTEGRATIVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 557CPC1. Restando comprovado o

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

AI. 0327550-5

5



81  
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade. 2. Mesmo que o procedimento não esteja previamente elencado pela Administração ou mesmo que existam outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não há óbice ao fornecimento pleiteado, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida é ampla e irrestrita, não cabendo à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, notadamente na hipótese do cidadão ser portador de moléstia grave, sendo estritamente necessário procedimento prescrito. 3. Observância da Súmula 18 desta Corte de Justiça, o que reafirma a correta aplicação do art. 557, caput, do CPC. 557 CPC. 4. É lícito ao magistrado fixar astreintes contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos ou congêneres, não havendo que se falar em ônus excessivo na espécie. 5. Recurso de agravo unanimemente improvido, sem vulneração aos dispositivos explicitamente prequestionados. (15341420128170000PE000315109.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 12/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 76)"

25. À vista de tais considerações, tenho que o laudo médico, a declaração de hipossuficiência e demais documentos acostados pela Autora/Agravada constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais.

26. De outro lado, a existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação é inquestionável. Com efeito, a não antecipação da tutela poderia tornar, no futuro, inócua qualquer prestação jurisdicional. O perigo da demora é, portanto, flagrante, de forma que me afiguram presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório dos efeitos da tutela de mérito.

27. Não se pode olvidar a importante missão do Judiciário em realizar a implementação da efetividade das normas constitucionais, não podendo este Poder ficar apático diante da inconstitucional omissão estatal em não conferir concretização aos preceitos constitucionais, de modo que, no caso em tela, é indispensável a ingerência do Poder Judiciário, para resguardar o direito público subjetivo à saúde previsto na Constituição Cidadã de 1988.

28. Nesse contexto, também não merece proteção a alegação do Agravante de que o Poder Judiciário estaria se imiscuindo em questões de mérito administrativo, porquanto o que visa este Poder é tão somente garantir o cumprimento de princípios constitucionais pelo Ente Estatal. Não ocorre violação ao princípio constitucional da

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

AI. 0327550-5

5



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

82  
RF

separação dos poderes (CRFB, art.60, §4º, inciso III) quando o Judiciário se envolve em questões de mérito administrativo objetivando garantir o respeito ao princípio da legalidade.

29. Saliente-se ainda que as quantias de pequeno valor podem ser pagas independentemente de precatório e *a fortiori* serem, também, entregues, por ato de império do próprio Poder Judiciário, razão pela qual merecem ser transpassadas as barreiras no âmbito do direito administrativo e direito financeiro para a aquisição do medicamento em questão, conforme alegado pelo Agravante. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. TRATAMENTO DE SAÚDE E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A NECESSITADO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FAZENDA PÚBLICA. INADIMPLEMENTO. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. INCIDÊNCIA DO MEIO DE COERÇÃO. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. MEDIDA EXECUTIVA. POSSIBILIDADE, IN CASU. PEQUENO VALOR. ART. 461, 5.º, DO CPC. ROL EXEMPLIFICATIVO DE MEDIDAS. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRIMAZIA SOBRE PRINCÍPIOS DE DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO. NOVEL ENTENDIMENTO DA E. PRIMEIRA TURMA. (...) (REsp 836.913/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08.05.2007, DJ 31.05.2007 p. 371) (original sem os grifos)"

30. Por esses fundamentos, ante o exposto, com arrimo no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso do ESTADO DE PERNAMBUCO, tendo em vista que a tese apresentada pelo Agravante vai de encontro à jurisprudência dominante deste E. Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Comunique-se ao juízo de origem acerca do teor da presente decisão.

Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se.

Recife, 25 de fevereiro de 2014.

Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator"

3. Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Nesse ser assim, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Rafael Machado da C. Cavalcanti  
Desembargador

AL 0327550-5  
5



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI  
QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

83  
/

4. Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente Agravo, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.

É como voto.

Recife, 13 de 06 de 2014.

  
Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti  
Relator